**SIMULADO DO EXAME DE ORDEM**

29º SIMULADO OAB 2015.1

26 DE JUNHO DE 2015

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SIMULADO

Estimados alunos,

1. O simulado terá início às 9h20 e encerramento às 12h20. O aluno deve assinar a lista de presença que o professor/fiscal indicar.
2. Somente será admitida a entrada de alunos para realização da prova até ás 9h20. Após este horário, é vedada a entrada do aluno na sala de prova.
3. O aluno somente poderá entregar o cartão-resposta a partir das 9:50hs. Os três últimos alunos que estiverem na sala de aula deverão entregar seus cartões-resposta simultaneamente.
4. O aluno não poderá ter consigo nenhum material, salvo lápis, caneta, borracha e apontador. Todas as bolsas e demais pertences serão colocados na frente da sala, próximo ao professor/fiscal.
5. É vedada a utilização de qualquer material de consulta, bem como de qualquer tipo de aparelho receptor, transmissor, gravador ou tocador de mensagens, dados ou voz. A utilização implicará na atribuição de grau zero à prova do aluno.
6. Atenção ao preencher o cartão-resposta. O preenchimento deverá ser feito **obrigatoriamente com caneta azul ou preta**. Campos preenchidos com lápis, ou marcados com corretor ortográfico não serão considerados válidos. **Campos com dupla marcação, rasurados ou em branco anulam a questão.**
7. **O cartão-resposta é individualizado e não poderá ser substituído**. **Em caso de erro no preenchimento, o aluno não receberá outro cartão resposta.**
8. O caderno de provas poderá ser levado pelo aluno. Somente o cartão resposta deverá ser entregue ao professor/fiscal.
9. Apenas um aluno por vez poderá ir ao banheiro durante a realização do simulado. Se mais de um aluno quiser ir ao banheiro, só será permitida a saída do aluno da sala após retorno do outro. O professor/fiscal fará o controle de entrada e saída dos alunos da sala do simulado.
10. O professor/fiscal não poderá tirar qualquer dúvida relativa às questões de prova do simulado.
11. O gabarito do simulado será disponibilizado no Mural do NPJ no corredor do 9º andar, além de ser enviado por e-mail, a partir das 13hs, do dia do Simulado.
12. Impugnações e recursos deverão ser realizados por escrito e encaminhados aos e-mails: [bruno.alves@fgv.br](mailto:bruno.alves@fgv.br), com cópia para [andre.mendes@fgv.br](mailto:andre.mendes@fgv.br). O prazo para a interposição dos recursos iniciar-se-á às 13hs do dia 26/jun e extinguir-se-á às 13hs do dia 29/jun. O resultado das impugnações e dos recursos será divulgado no dia 1/jul.
13. O resultado oficial será disponibilizado no Mural do NPJ, no corredor do 9º andar, bem como enviado por e-mail até às 18hs do dia 1/jul.
14. **ATENÇÃO**: **No período destinado a realização da prova está incluso o tempo para o preenchimento do cartão resposta.**
15. **BOA PROVA**!

**Cronograma**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIA** | **HORA** | **EVENTO** |
| 26/jun | 9h20 - 12h20 | Simulado |
| 26/jun | A partir de 13h | Divulgação do gabarito |
| 29/jun | Até às 13h | Prazo para Impugnação/ Recurso |
| 1/jul | Até às 13h | Resultado da Impugnação/Recurso |
| 1/jul | Até às 18h | Resultado Final Oficial |

**Administrativo**

**1. Boa Viagem, empresa delegatária do serviço público de transporte ferroviário de passageiros no Estado de Bom Tempo, teve os trens, bens públicos afetados á concessão, penhorados por dívida trabalhista. Sobre o tema, é correto afirmar:**

(A) Os trens utilizados pela empresa na prestação do serviço público são inalienáveis;

(B) A empresa deve substituir os trens imediatamente para garantir a continuidade do serviço publico;

(C) Os bens vinculados à concessão têm o mesmo tratamento de bens privados;

(D) Os trens devem ser leiloados para o pagamento das dívidas.

**2. As hipóteses de dispensa de licitação revistas na Lei federal nº 8.666/93 são:**

(A) Taxativas;

(B) Exemplificativas;

(C) Taxativas e obrigatórias;

(D) Exemplificativas e facultativas;

**3. Sobre a celebração do acordo de leniência é incorreto afirmar:**

(A) Não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado;

(B) Interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

(C) A celebração do acordo de leniência isentará o valor da multa aplicável;

(D) É assinado pela autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública.

**4. A revogação de ato administrativo praticado pelo Poder Executivo insere-se na esfera de competências:**

(A) Do Tribunal de Contas;

(B) Do Ministério Público;

(C) Do Poder Judiciário;

(D) Do próprio Poder Executivo.

**5. Secretário de Administração de um município publicou ato em diário oficial dando poderes ao Subsecretário de Administração para ordenar despesas no âmbito daquela Secretaria. Podemos classificar esse ato como:**

(A) Concentração;

(B) Desconcentração;

(C) Delegação;

(D) Avocação.

**6. As agências reguladoras podem ser caracterizadas pela:**

(A) Independência, autonomia financeira, poder normativo e fiscalizatório;

(B) Dependência, autonomia financeira, poder legislativo;

(C) Independência, autonomia financeira, poder legislativo;

(D) Dependência, autonomia financeira, poder normativo e fiscalizatório.

**7. A interdição de estabelecimento comercial privado por autoridade administrativa constitui exemplo de poder:**

(A) Disciplinar;

(B) De polícia;

(C) Normativo;

(D) Regulamentar.

**8. São tipos de licitação:**

(A) Concorrência e Pregão;

(B) Tomada de preços e Menor Preço;

(C) Menor preço e Técnica e Preço;

(D) Leilão e Concurso.

**9. A reversão é espécie de:**

(A) Provimento derivado;

(B) Provimento originário;

(C) Investidura originária;

(D) Avaliação de Desempenho.

**10. São atributos do bem público:**

(A) Legalidade, moralidade e publicidade;

(B) Presunção de legalidade e imperatividade;

(C) Alienabilidade, imprescritibilidade e legalidade;

(D) Inalienabilidade, imprescritibilidade e impenhorabilidade

**Constitucional**

**11. Sobre o controle concentrado de constitucionalidade brasileiro e a ADPF (arguição de descumprimento de preceito fundamental), é correto afirmar que:**

(A) Não deve ser admitida quando houver qualquer outro meio capaz de sanar a lesividade ao preceito fundamental.

(B) Qualquer cidadão pode propor arguição de descumprimento de preceito fundamental.

(C) O controle concentrado de constitucionalidade permite que qualquer juiz ou tribunal declare a inconstitucionalidade de norma incompatível com a Constituição.

(D) Não é admitida a concessão de medida liminar no âmbito da referida ação.

**12. Em relação à eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, é correto afirmar:**

(A) Normas constitucionais de eficácia contida são aquelas desprovidas de qualquer eficácia jurídica e social enquanto não houver legislação integrativa infraconstitucional que lhes dê aplicabilidade.

(B) Todas as normas definidoras de direitos e garantias fundamentais contidas no artigo 5º da Constituição podem ser consideradas como normas constitucionais de eficácia plena.

(C) As normas constitucionais declaratórias de princípios programáticos, que veiculam programas a serem implementados pelo Poder Público para concretização dos fins sociais, são de eficácia limitada.

(D) As normas constitucionais de aplicabilidade direta, imediata e integral, que admitem norma infraconstitucional posterior restringindo seu âmbito de atuação, são de eficácia plena.

**13. Com base no disposto na CF e na jurisprudência do STF, assinale a opção correta acerca da Reclamação Constitucional:**

(A) É cabível em qualquer caso, inclusive para dar curso à subida de recurso extraordinário indevidamente sobrestado no tribunal a *quo* em razão de aplicação indevida de tese veiculada em precedente firmado sob o regime da repercussão geral.

(B) A reclamação é cabível, ainda que já tenha ocorrido o trânsito em julgado do ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal.

(C) No julgamento de reclamação constitucional, é possível ao STF realizar a reinterpretação e, portanto, a redefinição do conteúdo e do alcance da decisão paradigma apontada pelo reclamante como violada.

(D) Cabe reclamação contra decisão judicial que contrariar a súmula vinculante, mas não cabe se a decisão judicial aplicá-la indevidamente.

**14. Sobre a competência legislativa dos entes federativos, é correto afirmar:**

(A) Legislar sobre sistema de consórcio e sorteios é competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.

(B) Legislar sobre organização judiciária do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios é competência privativa da União.

(C) Compete privativamente à União legislar sobre direito penitenciário, conservação da natureza, educação e cultura.

(D) Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico é de competência exclusiva dos Estados e do Distrito Federal.

**15. Considerando as disposições constitucionais a respeito da nacionalidade, assinale a alternativa correta:**

(A) São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigido aos originários de países de língua portuguesa apenas idoneidade moral.

(B) Todos os que nascem em território brasileiro são brasileiros natos.

(C) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

(D) O cargo de Ministro do STJ é privativo de brasileiro nato.

**16. Assinale a alternativa correta de acordo com a Constituição Federal de 1988.**

(A) As disposições constitucionais transitórias, assim como os preâmbulos constitucionais, não comportam valor jurídico relevante.

(B) O Ato de Disposições Constitucionais Transitórias tem a mesma rigidez e situa-se no mesmo nível hierárquico das demais normas constitucionais, só podendo ser alterado formalmente por meio de emenda constitucional.

(C) O preâmbulo constitucional reveste-se de caráter normativo e pode, até mesmo, ser parâmetro para o controle de constitucionalidade.

(D) Quando um estado da Federação deixa de invocar a proteção de Deus no preâmbulo de sua constituição, contraria a CF, pois tal invocação é norma central do direito constitucional positivo brasileiro.

**17. No que tange à disciplina normativo-constitucional expressa do processo legislativo (artigo 59 e seguintes da Constituição Federal de 1988), pode-se afirmar que:**

(A) Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las, no prazo de até sessenta dias, ao Congresso Nacional.

(B) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

(C) A Constituição Federal estabelece que não poderá ser objeto de lei delegada, entre outras matérias, a legislação sobre direito civil e político.

(D) Existe hierarquia entre lei complementar e lei ordinária, bem como entre lei federal e estadual.

**18. Sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.**

(A) Os juízes gozam da garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.

(B) O Conselho Nacional de Justiça é composto por 15 (quinze) membros, com idade de 35 anos a 66 anos, com mandato de 2 (dois) anos, sendo admitida uma recondução.

(C) Aos juízes é vedado exercera advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

(D) São garantias constitucionais dos juízes a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de subsídio.

**19. No que se refere às funções essenciais à justiça, assinale a opção correta de acordo com a CF.**

(A) À imunidade profissional do advogado não se podem aplicar restrições de qualquer natureza.

(B) A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, em todas as causas de seu interesse, bem como na execução da dívida ativa de natureza tributária.

(C) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

(D) O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei, cabendo à advocacia, por expressa disposição constitucional, exercer o controle externo da atividade policial.

**20. Sobre os Remédios Constitucionais, assinale a alternativa incorreta:**

(A) O partido político sem representação no Congresso Nacional e a organização sindical, entidade de classe ou associação em funcionamento há menos de um ano não poderão impetrar o mandado de segurança coletivo.

(B) Nos termos da Constituição Federal, são gratuitas as ações de Mandado de Injunção e Ação Popular.

(C) O *Habeas Corpus* é o remédio jurídico constitucional que será concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

(D) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

**Deontologia**

**21. Em todos os Conselhos Seccionais e em todas as Subseções que disponham de Conselho, de acordo com o Regulamento Geral são comissões obrigatórias:**

(A) Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Orçamentos e Contas e Comissão de Estágio e Exame de Ordem.

(B) Comissão OAB Jovem, Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Exame de Ordem.

(C) Comissão OAB Jovem, Comissão da Advogada Mulher e Comissão de Advogados Idosos.

(D) Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Orçamentos e Contas, Comissão de Estágio e Exame de Ordem e Comissão OAB Jovem.

**22. A Lei nº 8.906/94 traz as hipóteses de cancelamento e licença da inscrição na OAB. Assim, será licenciado o advogado que:**

(A) Passar a exercer atividade incompatível em caráter temporário; assim o requerer por motivo justificado ou passar a sofrer doença mental incurável;

(B) Passar a exercer atividade incompatível em caráter definitivo, assim o requerer ou sofrer doença mental considerada incurável.

(C) Passar a exercer atividade incompatível em caráter temporário, assim o requerer sem motivo justificado ou sofrer doença mental considerada curável;

(D) Passar a exercer atividade incompatível em caráter temporário, assim o requerer por motivo justificado ou sofrer doença mental considerada curável.

**23. Sobre a inscrição dos advogados e estagiários na OAB, marque a alternativa correta:**

(A) A inscrição suplementar deve ser feita quando os sócios de um escritório de advocacia localizado no Rio de Janeiro constituem uma filial no Estado de São Paulo.

(B) A inscrição principal deve ser feita no Conselho Seccional da OAB onde o advogado pretende estabelecer seu domicílio civil.

(C) O acadêmico de Direito que pretende se inscrever no quadro de estagiários não precisa prestar compromisso perante o conselho, visto que não pratica atos de advocacia, mas tão-somente atos de aprendizagem sob responsabilidade do advogado.

(D) A inscrição por transferência deve ser feita quando houver mudança efetiva de domicílio civil do advogado.

**24. Em relação a impedimento e incompatibilidade constantes no Estatuto da Advocacia e da OAB, marque alternativa incorreta:**

(A) Passa a exercer atividade incompatível, o advogado que desenvolver a atividade de Gerente Geral do Banco do Brasil.

(B) São impedidos de exercer a advocacia somente contra a Fazenda que o remunera os membros do Poder Legislativo em seus diferentes níveis.

(C) É incompatível com o exercício da advocacia a atividade de Conselheiro do Tribunal de Contas da União.

(D) Se um advogado é aprovado em concurso para professor de curso jurídico numa universidade pública, poderá advogar contra a Fazenda que o remunera ou a qual seja vinculada a sua entidade empregadora.

**25. Daniel Nogueira, advogado devidamente inscrito na OAB/RJ, foi aprovado em concurso público para Delegado da Polícia Federal. Quando passar a exercer tal atividade, qual será sua situação na OAB?**

(A) Daniel Nogueira deverá licenciar-se da OAB pelo período em for Delegado Federal até sua aposentadoria.

(B) Daniel Nogueira poderá advogar contra a União, tendo em vista que é funcionário público federal;

(C) Daniel Nogueira deverá cancelar sua inscrição na OAB.

(D) Daniel Nogueira poderá advogar, menos contra ou a favor da Administração Pública em geral.

**26. Das decisões proferidas pelo Presidente do Conselho Seccional cabe recurso para:**

(A) Conselho Seccional;

(B) Conselho Federal;

(C) Tribunal de Ética e Disciplina;

(D) Conselho da Subseção.

**27. Tendo em vista o que dispõe a Lei 8.906/94 sobre honorários advocatícios, não é correto afirmar que:**

(A) A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos sucumbenciais.

(B) O advogado deve receber 1/3 (um terço) dos honorários no início do serviço, outro terço até a decisão de primeira instância e o restante no final.

(C) Na hipótese de falecimento ou incapacidade civil do advogado, os honorários de sucumbência, proporcionais ao trabalho realizado, são recebidos por seus sucessores ou representantes legais.

(D) O acordo feito pelo cliente do advogado e a parte contrária, salvo aquiescência do profissional, não lhe prejudica os honorários, quer os convencionados, quer os concedidos por sentença.

**28. Sobre a responsabilidade disciplinar do advogado, tendo em vista que um advogado já sofreu uma censura pela OAB, a sanção cabível no caso de ser mantida uma sociedade de advocacia fora das normas e preceitos estabelecidos na lei 8.906/94 é a:**

(A) Censura e multa de 1 (uma) a 10 (dez) anuidades;

(B) Suspensão com ou sem multa de 1 (uma) a 10 (dez) anuidades;

(C) Censura, somente;

(D) Exclusão, tendo em vista a reincidência.

**29. Acerca das sociedades de advogados, analise as afirmativas abaixo e marque a opção incorreta:**

**I – A sociedade adquire personalidade jurídica com o registro aprovado dos atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede.**

**II – Aplica-se à sociedade de advogados o Código de Ética e Disciplina, no que couber.**

**III – O licenciamento do sócio para exercer atividade incompatível com a advocacia em caráter temporário deve ser averbado no registro da sociedade, não alterando sua constituição.**

**IV – É permitido o registro, nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas e nas juntas comerciais, de sociedade que inclua, entre outras finalidades, a atividade de advocacia.**

(A) Apenas a afirmativa IV está incorreta.

(B) As afirmativas I e III estão corretas.

(C) As afirmativas I e II estão corretas.

(D) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

**30. A respeito do desagravo público, disposto no Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a alternativa correta:**

(A) O desagravo público, como instrumento de defesa dos direitos e prerrogativas da advocacia, depende de concordância do ofendido, devendo ser promovido a critério do Conselho.

(B) Na sessão de desagravo o advogado ofendido lê a nota a ser publicada na imprensa, encaminhada ao ofensor e às autoridades e registrada nos assentamentos do inscrito.

(C) O inscrito na OAB, quando ofendido comprovadamente em razão do exercício profissional ou de cargo ou função na OAB, tem direito ao desagravo público promovido pelo Conselho competente, a seu pedido ou de qualquer pessoa, não podendo ser de ofício.

(D) Ocorrendo a ofensa no território da Subseção a que se vincule o inscrito, a sessão de desagravo pode ser promovida pela diretoria ou conselho da Subseção, com representação do Conselho Seccional.

**Direito e Processo Penal**

**31. Imagine que um advogado solicite dinheiro de seu cliente, deixando claro que, mediante o pagamento do valor, procurará uma testemunha do processo, a fim de influenciá-la a prestar um depoimento mais favorável à pretensão do cliente. Além disso, o advogado insinua que a quantia será repartida com a testemunha. O advogado recebe o dinheiro, mas engana seu cliente e não procura a testemunha.**

**Nesse caso, o advogado:**

(A) cometeu o crime de corrupção passiva.

(B) cometeu o crime de usurpação de função pública.

(C) cometeu o crime de exploração de prestígio.

(D) cometeu o crime de corrupção ativa.

**32. O médico que, no exercício de sua profissão, dá atestado falso comete crime de:**

(A) falsidade de atestado médico (CP, art. 302).

(B) falsificação de documento público (CP, art. 297).

(C) falsificação de documento particular (CP, art. 298).

(D) certidão ou atestado ideologicamente falso (CP, art. 301).

**33. Configura-se o crime de advocacia administrativa (CP, art. 321) quando o funcionário público, valendo-se dessa qualidade, patrocina interesse privado perante a administração pública. Considerando tal crime, analise os itens seguintes:**

**I. A pena cominada é menor se o interesse patrocinado for ilegítimo;**

**II. O crime acontecerá ainda que o patrocínio se dê de modo indireto;**

**III. Se o interesse patrocinado é ilegítimo, as penas de detenção e multa aplicam-se alternativamente, ou seja, aplica-se a de detenção ou a de multa.**

**É correto o que se afirma em:**

(A) II, apenas.

(B) III, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) II e III, apenas.

**34. Configura-se o crime de advocacia administrativa (CP, art. 321) quando o funcionário público, valendo-se dessa qualidade, patrocina interesse privado perante a administração pública.**

**Considerando tal crime, analise os itens seguintes:**

**I. A pena cominada é menor se o interesse patrocinado for ilegítimo;**

**II. O crime acontecerá ainda que o patrocínio se dê de modo indireto;**

**III. Se o interesse patrocinado é ilegítimo, as penas de detenção e multa aplicam-se alternativamente, ou seja, aplica-se a de detenção ou a de multa.**

**É correto o que se afirma em:**

(A) II, apenas.

(B) III, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) II e III, apenas.

**35. Analise as seguintes afirmações com relação aos crimes de exercício arbitrário das próprias razões (CP, art. 345) e fraude processual (CP, art. 347):**

**I. Ambos estão inseridos no capítulo dos Crimes Praticados por Funcionário Público Contra a Administração em Geral;**

**II. No primeiro deles, caso não haja emprego de violência, somente se procede mediante queixa;**

**III. No segundo deles, as penas são aplicadas em dobro se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal.**

**É correto apenas o que se afirma em:**

(A) I.

(B) II.

(C) III.

(D) II e III.

**36. No tocante aos recursos, assinale a alternativa correta.**

(A) No processo penal, o recurso erroneamente interposto, sem que tenha havido má-fé do recorrente, poderá ser recebido como se fosse o correto.

(B) Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão que receber a denúncia ou a queixa.

(C) Caberá apelação no prazo de 20 (vinte) dias das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular.

(D) O Ministério Público somente poderá desistir do recurso que haja interposto.

**37. Assinale a alternativa que apresenta hipótese de recurso de ofício.**

(A) Sentença definitiva de absolvição, motivada na inexistência de provas para a condenação.

(B) Decisão absolutória do tribunal do júri.

(C) Sentença que conceder *habeas corpus*.

(D) Sentença que não receber a denúncia ou queixa.

**38. O serventuário ou funcionário da justiça dar-se-á por suspeito e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes,**

(A) se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o quinto grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes.

(B) se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.

(C) se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o quarto grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes.

(D) se não for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles.

**39. No tocante à citação, assinale a alternativa correta.**

(A) O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado.

(B) Se o réu estiver preso, sua citação far-se-á por precatória.

(C) Se o réu não for encontrado, será citado, por edital, com o prazo de 5 (cinco) dias.

(D) Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante mandado de citação expedido pelo juiz processante.

**40. Com relação aos processos em espécie, é correto afirmar:**

(A) o procedimento comum será ordinário quando tiver, por objeto, crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

(B) o procedimento comum será sumário, quando tiver, por objeto, crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

(C) aplica-se a todos os processos o procedimento sumário, salvo disposições em contrário do Código de Processo Penal ou de lei especial.

(D) nos procedimentos ordinário e sumário, no caso de citação por edital, o prazo para a defesa começará a fluir a partir da data da publicação do Edital.

**Empresarial**

**41. A respeito da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, analise as afirmativas a seguir:**

**I. A *disregard doctrine* começou a viger no Código de Defesa do Consumidor e estabelece a existência distinta da pessoa jurídica e seus sócios.**

**II. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica não pode ser invocada pelo credor de sociedades em comum.**

**III. A desconsideração da personalidade jurídica pode ser aplicada de ofício pelo juiz, comprovado o desvio de finalidade praticado pelo administrador da sociedade.**

**IV. A teoria da desconsideração não se confunde com a teoria do ato *ultra vires*.**

**Assinale:**

(A) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

(B) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.

(C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(D) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.

**42. Em relação à modificação do capital social das sociedades limitadas, assinale a alternativa correta.**

(A) Há direito de preferência do sócio no caso de aumento do capital social, exercendo, primeiro, esse direito o sócio majoritário, que poderá adquirir todas as quotas ou quantas lhe interessarem. Depois de exercido esse direito, caso restem quotas a serem adquiridas, terá preferência sobre os demais quem tiver maior número de quotas, e assim sucessivamente.

(B) Para que haja aumento do capital social, não há necessidade de os sócios terem integralizado totalmente suas quotas.

(C) Uma das hipóteses para que haja diminuição do capital social é que a sociedade tenha tido prejuízos que não serão mais recuperados, devendo-se, nesse caso, haver diminuição proporcional do valor das quotas, tornando-se efetiva essa diminuição a partir do momento em que for feita a averbação no cartório competente da ata da assembleia que a aprovou.

(D) A diminuição do valor do capital social é direito da sociedade, não podendo haver objeção por parte dos credores.

**43. Considerando os vários tipos de sociedades descritos no Código Civil e com base na teoria geral do direito empresarial, assinale a opção correta.**

(A) As cooperativas, independentemente do objeto social, são sempre sociedades simples.

(B) A sociedade anônima pode adotar a forma simples, desde que o seu objeto social compreenda atividades tipicamente civis.

(C) A sociedade simples não possui personalidade jurídica, sendo desnecessária a inscrição de seu contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede.

(D) Na sociedade em comum, todos os sócios respondem limitadamente pelas obrigações da sociedade; assim, todos os sócios podem valer-se do benefício de ordem a que os sócios da sociedade simples fazem jus.

**44. A Lei n.º 11.101/2005 prevê a possibilidade de o empresário renegociar seus débitos mediante os institutos da recuperação judicial e da recuperação extrajudicial. Acerca das semelhanças e diferenças entre ambos os institutos, assinale a opção correta.**

(A) Diferentemente do previsto para a recuperação extrajudicial, o pedido de recuperação judicial poderá acarretar a suspensão de ações e execuções contra o devedor antes que o plano de recuperação do empresário seja apresentado aos credores.

(B) Diferentemente do previsto para a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial limita-se a procedimento negocial entre o devedor e os respectivos credores, excluída a participação do Poder Judiciário em qualquer uma de suas fases.

(C) Ambos os procedimentos envolvem a negociação de todos os créditos oponíveis ao devedor, sendo a recuperação extrajudicial reservada apenas às microempresas e empresas de pequeno porte.

(D) Ambos os procedimentos exigem que o devedor apresente plano de recuperação, o qual somente vinculará os envolvidos se devidamente aprovado em assembleia geral de credores.

**45. Dos títulos de crédito abaixo, o único que admite aceite do sacado é o (a):**

(A) nota promissória.

(B) conhecimento de frete.

(C) duplicata de prestação de serviços.

(D) cédula de crédito rural.

**Direito e Processo Civil**

**46. Uma lei foi elaborada, promulgada e publicada. Por não conter disposição em contrário, entrará em vigor 45 dias depois de oficialmente publicada, no caso, dia 18 de abril de 2014, feriado (sexta-feira da paixão de Cristo); dia 19 de abril de 2014 foi sábado; dia 20 de abril de 2014 foi domingo; dia 21 de abril de 2014 foi feriado (Tiradentes). Essa lei entrou em vigor no dia:**

(A) 18 de abril de 2014.

(B) 19 de abril de 2014.

(C) 20 de abril de 2014.

(D) 22 de abril de 2014.

**47. Diogo, através de contrato de empreitada com preço global certo e ajustado no respectivo instrumento, contratou o empreiteiro Luis para reformar a casa. Durante a reforma, o preço de mercado dos materiais sofreu redução de 10% do preço global acordado. Nesse caso, o preço global, a pedido do dono da obra,**

(A) poderá ser revisto, para que se lhe assegure a diferença apurada.

(B) não poderá ser revisto, porque o contrato faz lei entre as partes.

(C) só poderá ser revisto, se a redução ocorrida no mercado for superior a 20%.

(D) só comporta redução se o preço do material e também da mão de obra for superior a 30%.

**48. Considere as assertivas relativas à compra e venda:**

**I. Salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de escritura e registro a cargo do vendedor, e a cargo do comprador as da tradição.**

**II. Nulo é o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes, a fixação do preço.**

**III. Até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do comprador, e os do preço por conta do vendedor.**

**IV. Não sendo a venda a crédito, o vendedor não é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço.**

**Está correto:**

(A) I e III, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) III e IV, apenas.

(D) II e IV, apenas.

**49. Patricia foi ao shopping com a intenção de comprar uma pulseira de ouro, para combinar com seus inúmeros brincos do mesmo metal. Sem conhecimentos suficientes, adquiriu uma pulseira folheada a ouro. Alertada por uma amiga ao sair da loja que o produto não era de ouro, retornou a loja para devolver, mas foi recusada, sob alegação de terem vendido exatamente o que Patricia pediu e de não terem agido de má-fé. Se Patricia procurar a solução judicialmente, seu advogado deverá pleitear a:**

(A) ineficácia do negócio jurídico, por erro incidental e abusividade do funcionário da loja ré.

(B) anulação do negócio jurídico, alegando erro substancial no tocante a uma qualidade essencial do relógio adquirido.

(C) anulação do negócio jurídico, alegando lesão por inexperiência.

(D) nulidade do negócio jurídico, por erro essencial quanto ao objeto principal da relação jurídica.

**50. Pedro pretende ajuizar ação fundada em direito real sobre bem móvel. Essa ação, em regra, deverá ser proposta:**

(A) no foro em que foi celebrado o contrato.

(B) no foro da situação da coisa

(C) no foro do domicílio do réu.

(D) no foro do domicílio do autor.

**51. A respeito do Direito de Família, é correto afirmar:**

(A) A legislação civil veda a constituição da união estável se presente alguma causa de impedimento matrimonial. Por tal motivo, a pessoa casada, mesmo separada de fato, não pode constituir união estável com outra.

(B) Não havendo, entre os companheiros, contrato escrito estabelecendo regra diversa, aplica-se às relações patrimoniais da união estável o regime da comunhão parcial de bens, razão pela qual continuam sendo considerados bens particulares de cada qual os adquiridos anteriormente ao início da união e os sub-rogados em seu lugar, bem como os adquiridos durante a convivência a título gratuito, por doação ou herança.

(C) Julgada procedente a ação de interdição de ébrio habitual ou de pessoa viciada em tóxicos, o juiz nomear-lhe-á curador, que passará a representá-lo durante a prática de todos os atos da vida civil, inexistindo previsão legal para a fixação de limites da curatela de acordo com o estado de desenvolvimento mental do incapaz.

(D) O tutor pode proceder à venda de bem imóvel do tutelado, desde que haja manifesta vantagem ao menor, mediante prévia avaliação judicial e aprovação do juiz, não sendo necessária, entretanto, a autorização judicial, prévia ou ulterior, quando se tratar de permuta de imóveis de mesmo valor.

**52. Acerca das provas, assinale a opção correta.**

(A) A confissão é irretratável, por ser irrevogável, embora possa ser anulada.

(B) As presunções legais não serão admitidas nos fatos em que a lei não admitir depoimento de testemunha.

(C) É plenamente válida a confissão do incapaz se feita por meio de seu representante legal.

(D) Testemunha instrumentária é a pessoa natural, estranha à relação processual, que declara em juízo conhecer o fato alegado, por havê-lo presenciado ou por ouvir algo a seu respeito.

**53. Considere as assertivas sobre os embargos do devedor:**

**I. O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos.**

**II. Se declarada a litigância de má-fé nos embargos do devedor, as sanções correspondentes serão promovidas no próprio processo de execução, em autos apensos, operando-se por meio de compensação ou por execução.**

**III. Recebidos os embargos, será o exequente ouvido no prazo de 15 dias; a seguir, o juiz julgará imediatamente o pedido ou designará audiência de conciliação, instrução e julgamento, proferindo sentença no prazo de dez dias.**

**Está correto o que consta em:**

(A) I, II e III

(B) I, apenas

(C) II, apenas

(D) I e III, apenas

**54. Sobre o litisconsórcio e a intervenção de terceiros, segundo as regras do Código de Processo Civil,**

(A) os atos de um litisconsorte não beneficiarão os de mais, ainda que o litisconsórcio seja unitário.

(B) pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver interesse jurídico em que a sentença reconheça seu direito e lhe seja favorável, poderá intervir somente como assistente litisconsorcial.

(C) feita a denunciação da lide pelo autor, o denunciado, comparecendo, assumirá a posição de litisconsorte do denunciante e poderá aditar a petição inicial.

(D) é obrigatório o chamamento ao processo de todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum.

**55. Sobre a revelia, considere:**

**I. Não se reputarão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor se a petição inicial não estiver acompanhada do instrumento público, que a lei considere indispensável à prova do ato.**

**II. Os prazos correrão contra o revel, independentemente de intimação, a partir de cada ato decisório, ainda que tenha constituído patrono nos autos.**

**III. O juiz poderá conhecer diretamente do pedido e proferir sentença, quando ocorrer a revelia.**

**Está correto, APENAS:**

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e III.

(D) II.

**Direito e Processo do Trabalho**

**56. Considerando as regras legais relativas à remuneração, é correto afirmar:**

(A) o pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a um mês, inclusive no que concerne a percentagens e gratificações.

(B) não é considerada como salário a utilidade correspondente à educação em estabelecimento de ensino de terceiros, incluindo os valores relativos à matrícula, mensalidade, anuidade, livro e material didático.

(C) a gorjeta corresponde apenas ao valor cobrado pela empresa ao cliente, como adicional nas contas, a qual quer título, destinada a distribuição aos empregados.

(D) não se incluem nos salários as diárias para viagem que excedam 50% do salário percebido pelo empregado.

**57. No tocante às convenções e acordos coletivos de trabalho, considere:**

**I. O acordo coletivo de trabalho é o instrumento normativo que decorre da negociação coletiva, sendo firmado, em regra, pelo sindicato da categoria profissional com uma ou mais empresas.**

**II. O acordo coletivo não é fonte do Direito do Trabalho, uma vez que estabelece normas genéricas e abstratas.**

**III. A cláusula de convenção coletiva de trabalho que prevê multa ao sindicato que descumprir a convenção coletiva classifica-se em obrigacional.**

**IV. O prazo máximo de duração de convenção coletiva de trabalho são três anos, permitida uma única prorrogação desde que dentro deste período.**

**Está correto o que se afirma APENAS em:**

(A) I e III.

(B) II e IV.

(C) I, II e III.

(D) I, III e IV.

**58. Perderá o direito as férias o empregado que, no curso do período aquisitivo,**

(A) deixar de trabalhar, com percepção de salários, por mais de 60 dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa, desde que tal paralisação tenha decorrido de força maior.

(B) tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente do trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 meses, desde que contínuos.

(C) usufruir de licença remunerada, qualquer que seja o período de duração da mesma.

(D) deixar o emprego e não for readmitido nos 60 dias posteriores à sua saída.

**59. Henrique, sócio da empresa Letras e Letrinhas Ltda., descobriu que Tales, um de seus empregados do setor de produção, foi condenado em processo criminal pela prática do crime de estelionato qualificado. O referido processo encontra-se em fase de recurso e Tales responde em liberdade. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, Henrique:**

(A) poderá rescindir imediatamente o contrato de Tales por justa causa, havendo dispositivo legal expresso neste sentido, devendo notificar previamente o empregado.

(B) não poderá rescindir o contrato de Tales por justa causa independentemente da aplicação de pena e do trânsito em julgado uma vez que não guarda qualquer relação com o contrato de trabalho.

(C) só poderá rescindir o contrato de Tales por justa causa após o trânsito em julgado da sentença condenatória, caso não haja suspensão da execução da pena.

(D) só poderá rescindir o contrato de Tales por justa causa após o trânsito em julgado da sentença condenatória e independentemente da ocorrência ou não de suspensão da execução da pena.

**60. O princípio constitucional da isonomia salarial (incisos XXX e XXXI do art. 7º da CF/88) fundamenta-se na premissa de que a todo trabalho de igual valor deve corresponder igual salário. Para caracterização do trabalho de igual valor, gerando o direito à equiparação salarial, são necessários que sejam preenchidos concomitantemente alguns requisitos, EXCETO:**

(A) mesma produtividade.

(B) existência de quadro organizado de carreira.

(C) trabalho para o mesmo empregador.

(D) trabalho na mesma localidade.

**61. Com relação ao dissídio coletivo trabalhista, assinale a alternativa INCORRETA:**

(A) Na audiência de conciliação, assim como ocorre nos dissídios individuais, haverá o arquivamento da ação quando o autor não comparecer.

(B) De acordo com a legislação, para ajuizamento do dissídio coletivo de natureza econômica há necessidade de esgotar a negociação coletiva, bem como de existência de comum acordo entre as partes envolvidas no litígio, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

(C) As cláusulas normativas dos acordos coletivos ou convenções coletivas integram os contratos individuais de trabalho e somente poderão ser modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva de trabalho.

(D) Em caso de dissídio coletivo que tenha como objeto novas condições de trabalho e no qual figure apenas parte dos empregados da empresa, poderá o Tribunal competente, na própria decisão, estender tais condições aos demais empregados.

**62. No tocante à execução trabalhista, assinale a opção correta:**

(A) o sócio que deixar a empresa que está sendo executada por dívida trabalhista pode vir a responder com seus bens pessoais até três anos após sua saída e desde que devidamente averbada a modificação do contrato nos órgãos competentes.

(B) em face do direito fundamental de propriedade, previsto pela Constituição Federal, não se admite penhora sobre o faturamento da empresa, sob pena de ferir o direito de livre exercício empresarial.

(C) se tratando de execução por carta precatória, os embargos de terceiro devem ser oferecidos perante o juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem, unicamente, sobre vícios ou irregularidades da penhora, avaliação ou alienação dos bens, praticados pelo juízo deprecado, em que a competência será deste último.

(D) sendo insuficiente o patrimônio da pessoa jurídica para saldar o débito trabalhista, respondem pela execução os bens pessoais do sócio-gerente, desde que tenha participado como pessoa física no polo passivo da reclamação trabalhista na fase cognitiva.

**63. Herminia moveu reclamação trabalhista contra as empresas Jacques Entretenimento Ltda. e Jardim Diversões Ltda. pleiteando a condenação solidária de ambas. A sentença acolheu o pedido, condenou as empresas solidariamente e fixou o valor da condenação em R$ 5.000,00 com custas processuais de R$ 100,00. Diante disso, as duas empresas interpuseram recurso ordinário contra a decisão, sendo que Jacques Entretenimento Ltda:**

(A) efetuou o depósito recursal no valor de R$ 7.485,83 e pagou as custas de R$ 100,00, tendo em vista a obrigatoriedade de observância do valor do depósito recursal fixado pelo Tribunal Superior do Trabalho, independentemente do valor da condenação.

(B) efetuou o depósito recursal no valor de R$ 5.000,00 e pagou as custas de R$ 100,00, sob alegação de que não é obrigada a pagar o valor integral do depósito recursal, atualmente no importe de R$ 7.485,83, fixado pelo Tribunal Superior do Trabalho.

(C) efetuou o depósito recursal de R$ 2.500,00 e pagou as custas de R$ 50,00, tendo em vista que a Jardim Diversões Ltda. também recolheu a metade dos valores relativos ao depósito recursal e custas processuais, nos termos da condenação.

(D) não recolheu qualquer valor a título de depósito recursal e custas processuais, comprovando que a Jardim Diversões Ltda. efetuou o pagamento dos valores devidos e requereu em seu recurso, sua exclusão da lide.

**64. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta.**

(A) Segundo jurisprudência sumulada do TST, o alcance do *jus postulandi* das partes limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não se estendendo à ação rescisória, à ação cautelar, ao mandando de segurança e aos recursos de competência do TST.

(B) O princípio do impulso oficial nas execuções trabalhistas é aplicável somente às ações trabalhistas típicas, ou seja, aquelas em que se discutem créditos advindos de relações de emprego.

(C) O acordo homologado judicialmente tem força de decisão irrecorrível, transitando em julgado na data de sua homologação, salvo em relação à Previdência Social, quanto às contribuições que lhe forem devidas, passível somente de ação rescisória.

(D) O princípio protetor, utilizado amplamente no direito material do trabalho, é igualmente aplicado ao processo do trabalho, tendo em vista a hipossuficiência do trabalhador, sendo desnecessária a produção de provas para deferimento do quanto pleiteia o reclamante, bastando a apresentação de prova documental.

**65. Quanto ao rito sumaríssimo é correto afirmar:**

(A) É incabível para ações contra a Administração pública direta, autárquica e fundacional, bem como contra as empresas públicas e sociedades de economia mista.

(B) Formulando o autor pedido ilíquido ou genérico, não será admitida a emenda da inicial, competindo ao magistrado extinguir liminarmente o processo sem exame do mérito.

(C) Será facultado às partes a oitiva de até três testemunhas, que comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

(D) É aplicável aos dissídios individuais e coletivos, desde que o valor da causa seja igual ou inferior a 40 (quarenta) salários mínimos.

**Direito Tributário**

**66. Quanto à existência de erro em relação a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória, pode-se afirmar que:**

(A) somente pode ser retificado pelo contribuinte.

(B) somente pode ser retificado pelos órgãos julgadores administrativos.

(C) somente pode ser retificado pelos órgãos julgadores do Poder Judiciário.

(D) será retificado de ofício pela autoridade administrativa competente.

**67. Em relação às medidas provisórias em matéria tributária, assinale a afirmativa correta.**

(A) Segundo a Constituição Federal de 1988 é vedado o uso de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos por violar o princípio da legalidade tributária.

(B) Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, como regra, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

(C) É vedado o uso de medida provisória para instituir empréstimos compulsórios, imposto sobre grande fortuna e imposto de importação, por serem tributos reservados à lei complementar.

(D) O STF pacificou o entendimento de que medida provisória tem força de lei; por isso, admite-se em qualquer hipótese o seu uso em matéria tributária para instituir ou majorar os tributos previstos na Constituição Federal.

**68. Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa incorreta.**

(A) O ITR será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.

(B) A União poderá instituir na iminência ou no caso de guerra externa impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

(C) Em relação ao ISS é facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros.

(D) O IPI será seletivo, em função da essencialidade do produto, e será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores.

**69. Com base no processo tributário, assinale a afirmativa correta.**

(A) É inconstitucional a exigibilidade do depósito do montante integral como requisito de admissibilidade de ação judicial em matéria tributária.

(B) O processo de consulta deverá ser apresentado por escrito e poderá versar sobre dispositivos da legislação tributária aplicável a fato determinado ou a uma situação hipotética formulada pelo contribuinte que possa ensejar uma exigência fiscal futura.

(C) A conversão do depósito judicial em renda não extingue o crédito tributário, hipótese em que o fisco pode exigir do contribuinte o total do crédito, acrescido de juros e correção monetária, salvo eventual multa fiscal.

(D) Segundo o CTN, a responsabilidade pela infração tributária, bem como os juros de mora são afastados pela denúncia espontânea, desde que esta seja acompanhada de pagamento ou parcelamento do crédito tributário pelo sujeito passivo.

**70. Se duas pessoas jurídicas de direito público exigirem idênticos tributos, com base no mesmo fato gerador, poderá o contribuinte:**

(A) consignar judicialmente os dois tributos para suspender a cobrança dos dois tributos.

(B) depositar o tributo que entende devido nos cofres de um dos entes.

(C) consignar judicialmente apenas o tributo que se propõe a pagar.

(D) consignar judicialmente apenas o tributo que entende indevido.

**BOA PROVA!**

**TENHA ATENÇÃO NO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA.**

**CARTÃO RESPOSTA PROVA**

**NOME COMPLETO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***(FAVOR PREENCHER COM LETRA DE FORMA)***

**MATRÍCULA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA |
| **01** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **26** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **51** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **02** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **27** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **52** A ( )B ( ) C ( ) D ( ) |
| **03** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **28** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **53** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **04** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **29** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **54** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **05** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **30** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **55** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **06** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **31** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **56** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **07** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **32** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **57** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **08** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **33** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **58** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **09** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **34** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **59** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **10** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **35** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **60** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **11** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **36** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **61** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **12** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **37** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **62** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **13** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **38** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **63** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **14** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **39** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **64** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **15** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **40** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **65** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **16** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **41** A () B ( ) C () D ( ) | **66** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **17** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **42** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **67** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **18** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **43** A ( ) B () C ( ) D () | **68** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **19** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **44** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **69** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **20** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **45** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **70** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **21** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **46** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **22** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **47** A ( ) B ( ) C () D ( ) |  |
| **23** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **48** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **24** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **49** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) |  |
| **25** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **50** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |